

A IDEIA DE CERCO E A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA

Bruno Hendler⁹⁴

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo examinar a inserção da China no sistema internacional e nos principais tabuleiros de poder e riqueza da Ásia no século XXI, mas especificamente após a ascensão de Xi Jinping ao cargo máximo do país e o “retorno” dos EUA à Ásia pelo “pivô estratégico” do governo Obama.

Apesar do recorte temporal relativamente recente, o estudo faz um exercício intelectual de retornar ao século XIII para lançar hipóteses sobre como (e se) a presença da noção de cerco foi uma variável relevante no cálculo político de líderes desde as dinastias mais recentes do “Império do Meio”. Para tanto, o artigo apresenta os seguintes tópicos: a) um debate prévio sobre “desenvolvimento e cerco” na história da China e sua relação com o exterior a partir do século XIII; b) a apresentação de algumas correntes historiográficas sobre a chamada “grande divergência” entre a Europa Ocidental e a Ásia Oriental; c) a inserção subordinada da China no sistema internacional europeu a partir da Guerra do Ópio; d) a percepção de cerco na República Popular da China durante e após a Guerra Fria; e e) as linhas gerais da projeção chinesa em seu entorno regional a partir de uma mescla entre o “cerco benigno” do sistema sinocêntrico e o “cerco westfaliano” do sistema internacional de cunho europeu.

1. Um debate prévio sobre “desenvolvimento e cerco” na história da China

Ironicamente, a civilização milenar autoproclamada “Império do Meio” adquiriu, em tempos prévios à Revolução Industrial no Ocidente, uma noção muito distinta de cerco. Em tese, ser o Império do Meio significa estar cercado por outros povos que, obviamente, não estão no centro. Mas ao contrário do cerco no sistema internacional originado no Ocidente, em que as unidades políticas estão em uma competição constante e equilibrada, ou seja, em que não há supremacia plena de uma sobre as demais, a relação da China Imperial com seus vizinhos se deu, ao longo de dois milênios (mas com maior força a partir do século XIII), em

94 Bruno Hendler é Doutorando em Economia Política Internacional pelo PEPI-UFRJ. Bolsista Capes.

bases materiais e imateriais muito desiguais, com a assimetria pesando em favor do lado chinês.

A causa dessa desigualdade é alvo de acalorados debates, cujas hipóteses variam de explicações biogeográficas, tecnológicas e institucionais a razões de cunho filosófico/religioso. Porém, um termo que parece ser consenso entre os especialistas é o “sistema comercial-tributário”. Ao contrário dos Estados modernos europeus, as sucessivas dinastias do Império Chinês não desenvolveram uma racionalidade de rivalidade e competição entre unidades políticas “de igual para igual”, mas uma relação hierárquica de comércio-tributação, prestígio e poder com Estados vizinhos, adquirindo, assim, o prenome de “Império do Meio”. Apesar dos ataques de japoneses e de atritos frequentes no continente com cossacos russos, tibetanos, manchus, mongóis e outros povos da Ásia Central, Arrighi (2008, p. 323-324) sugere a ocorrência de uma paz de quinhentos anos na Ásia Oriental centrada na China devido a dois fatores que a diferem do sistema ocidental: a) ao contrário da incessante competição militar entre os soberanos europeus, a Ásia Oriental apresentou uma baixa frequência de guerras entre os séculos XV e XVIII, e; b) os Estados asiático-orientais não competiram entre si pela construção de impérios ultramarinos ou envolveram-se em corridas armamentistas minimamente comparáveis à Europa. Ademais, embora tenha havido uma expansão considerável da China na dinastia Qing (1644-1912), a relação da capital com os territórios e povos incorporados era diferente da lógica ocidental: ao invés de extrair recursos das periferias, o Estado chinês era mais propenso a investir nelas, cooptando os povos das fronteiras (ARRIGHI, 2007, p. 264), permitindo-nos caracterizar esta relação como um “cerco benigno” se comparado à lógica competitiva do sistema westfaliano.

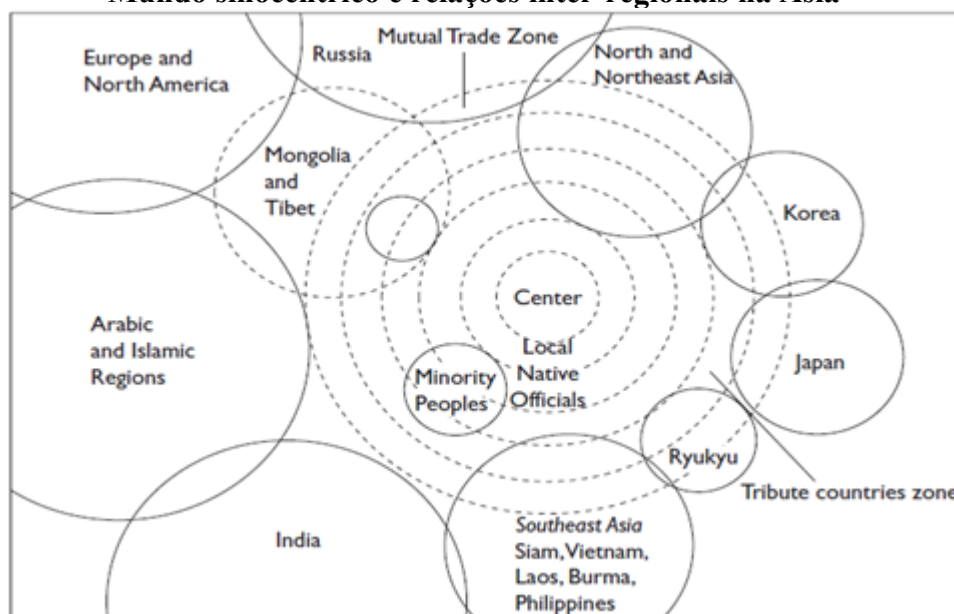
Referência nos estudos da área, John Fairbank (1942) distingue o sistema tributário do comercial, enfatizando o primeiro. Para ele, o sistema tributário é muito mais antigo e tem como característica um valor simbólico de superioridade chinesa, pelo qual os demais povos enviavam tributos por meio de emissários ao Imperador chinês em troca não apenas de bens materiais de maior qualidade, mas de um reconhecimento simbólico que garantia a própria legitimidade dos soberanos vizinhos perante seus súditos. Era uma espécie de investidura conferida pelo Imperador chinês em que as trocas comerciais beneficiavam mais os povos vizinhos do que a própria China. Exemplo curioso é o caso do Vietnã, cujo soberano colocava-se como “Rei” ao comunicar-se com a China, mas como “Imperador” ao lidar com povos subjugados, replicando em menor escala o simbolismo do sistema sinocêntrico e criando uma identidade comum em boa parte da Ásia Oriental (Andornino, 2006, p. 10).

Não obstante, uma base material de excedente agrícola e populacional, bem como uma superioridade militar também eram elementos essenciais da centralidade chinesa. Com frequência, os tributos eram usados para a diplomacia e para a guerra: Fairbank (1942, p. 137) fornece indícios de que durante a dinastia Sung, tais tributos serviram a interesses defensivos, enquanto durante o domínio Mongol serviram a movimentos expansivos e, por fim, para os Qing, foram utilizados majoritariamente para manter a estabilidade nas relações externas. Ademais, o uso de espiões, da diplomacia de alianças e da força (ou ameaça de seu uso) era frequente.

Fiori afirma que a China também foi (e é) um poder expansionista, tendo conquistado, durante a Dinastia Ming, a Mongólia, a Coreia e o Vietnã, além de impor seu domínio a Japão, Java, Brunei, Srivijaya, Sião e Camboja. Para o autor, no tempo em que poder era medido em território, população, excedente econômico e capacidade de tributação, “a China conquistou em três séculos mais do que o dobro do que foi conquistado pela Europa e seus impérios marítimos” (FIORI, 2015, p. 96).

Não obstante, a mescla entre poder simbólico e poder material nos dá indícios de que o sistema sinocêntrico não pode ser compreendido apenas sob a ótica da expansividade das unidades políticas que caracteriza o sistema europeu. Se tentarmos estabelecer um paralelo com a visão ocidental, o Imperador chinês seria uma mescla do poder simbólico da Igreja Católica com o poder material do Imperador do Sacro-Império Romano Germânico, com diferenças importantes: o conjunto de ideias que dão sentido à realidade deriva do pensamento confuciano, que não vincula o comportamento humano com um mundo vindouro, e sim com as forças da natureza; a base material do Imperador chinês deriva de uma produção agrícola muito mais pujante e de uma centralização muito maior de poder militar do que seu par do Sacro Império; e enquanto o sistema ocidental emerge de guerras internas e expansivas pelo controle de pontos privilegiados de acesso aos produtos do Oriente a partir do que o historiador Lucien Febvre (2004) chama de “baixa autoestima” em relação à Ásia, a China desenvolve, desde cedo, uma percepção de autossuficiência e centralidade muito particulares.

Mundo sinocêntrico e relações inter-regionais na Ásia



Fonte: ARRIGHI, et al., 2003, p. 6.

Portanto, seja pela força, pela riqueza ou pelo prestígio, a história da China até o século XIX é marcada pela centralidade em um sistema comercial-tributário que vigorava na Ásia Centro-Oriental, mas que tinha conexões, ainda que frágeis, com boa parte do Oriente Médio, Ásia Meridional e Europa. E nesse contexto de assimetria, o cerco à China era “benigno” se comparado à lógica expansiva das unidades políticas europeias, ainda que navegadores japoneses e povos das estepes pressionassem as franjas do Império.

2. A China e a grande divergência

Essa mescla de centralidade política, econômica e simbólica exercida pela China sobre seu entorno de forma mais intensa a partir do século XIII é problematizada pelo debate conhecido como “a grande divergência”. Esta linha de pesquisa examina os fatores que levaram a Inglaterra (e a Europa Ocidental) a ser o berço da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII (e ao longo do século XIX), questionando o porquê de regiões da Ásia (em especial China, Índia e Japão), que apresentavam índices de produção, comércio e tecnologia em graus semelhantes de desenvolvimento, não terem dado o mesmo salto qualitativo tecnológico do Ocidente.

Arrighi et. al. (2003, p. 262) apontam para dois elementos chave dessa diferença: 1) a dinâmica de poder nas relações interestatais das duas regiões; e 2) o papel do capitalismo (no

sentido braudeliano) que teria surgido na Europa em contraste com uma economia de mercado (no sentido smithiano) que teria surgido na Ásia.

As relações interestatais na Ásia eram hierarquizadas em torno da China, que atuava como ator hegemônico de estabilização e mediação de conflitos entre os Estados menores. Naturalmente, há diversos registros de guerras entre as dinastias chinesas e os povos vizinhos, mas boa parte dos historiadores nota uma tendência da China em cooptar inimigos com base em presentes e comércio de produtos de alto valor agregado em detrimento do recurso das armas. Já no Ocidente, prevaleceu um sistema mais anárquico e competitivo em que diferentes unidades políticas com capacidades similares digladiavam-se e sucediam-se na posição de hegemonia do sistema. Neste caso, embora diplomacia e dissuasão também fizessem parte do jogo de poder, não havia um Estado capaz de estabilizar o sistema e cooptar inimigos com base em uma superioridade material e simbólica minimamente comparável à chinesa no Oriente.

O segundo ponto é indissociável do primeiro. O capitalismo é definido por Braudel como o “andar superior” da economia-mundo, onde predominam grandes monopólios e os interesses políticos distorcem as regras do livre mercado, transformando-o no “antimercado” e possibilitando, por meio das altas finanças, a ocorrência de “lucros extraordinários” (WALLERSTEIN, 2006, p. 18). Essa lógica emergiu no sistema ocidental em decorrência do “ciclo virtuoso” (e uns diriam sangrento e corrupto) entre a *necessidade de conquista* dos soberanos europeus e a *necessidade de lucro* dos grupos de comerciantes e banqueiros (FIORI, 2007, p. 22-24). Os soberanos careciam de recursos financeiros no curto prazo para promover suas guerras de expansão ou de sobrevivência, dada a intensa pressão competitiva entre os inúmeros reinos que dariam origem aos Estados nacionais modernos. Logo, recorriam constantemente aos serviços dos “comerciantes-banqueiros”. Para estes, os Estados nacionais em formação criaram um ambiente extremamente lucrativo, em que empréstimos, operações de câmbio, comercialização de produtos excedentes, e concessão de crédito para os soberanos, se tornaram as primeiras oportunidades de multiplicação do dinheiro por meio do próprio dinheiro, dando origem à lógica (D-D’) de valorização do capital.

Já na China, a ausência de um ambiente interestatal altamente competitivo foi causa e consequência de um sistema financeiro menos desenvolvido. Em compensação, ao coibir “lucros extraordinários” de agentes econômicos e canalizar a riqueza do Império para a agricultura e para grandes construções, o Estado chinês (principalmente na dinastia Ming) promoveu um período de pujança econômica, explosão demográfica e prosperidade que

culminaria no “fechamento” da China para o mundo exterior, com a proibição das navegações e do comércio exterior.

Portanto, no Ocidente tem-se a formação de um sistema interestatal competitivo e permeado por relações capitalistas que lançariam os europeus às grandes navegações, às colônias ultramarinas e eventualmente ao acesso a recursos naturais e mercados consumidores que seriam os gatilhos para a Revolução Industrial (POMERANZ, 2000). Já na Ásia Oriental, a China (e em menor escala o Japão) seguiu o caminho da Revolução Industrial, marcada pela divisão do trabalho fragmentada em famílias e microrregiões (ao contrário da relação centro-periferia no Ocidente), pelo comércio intrarregional (ao contrário do comércio de longa distância dos europeus), e pela ênfase na agricultura ao invés do próprio comércio de longa distância (ARRIGHI et. al, 2003, p. 283). Assim, ao contrário do que afirma Fiori, as expansões territoriais da China tiveram muito pouco a ver com as expansões europeias, pois ao invés de explorar os recursos coloniais sob a lógica centro-periferia, o Império investia em suas periferias, cooptando os povos estrangeiros e mantendo constantes déficits comerciais com eles – algo que soaria absurdo para os mercantilistas europeus da época. No longo prazo, porém, o choque com os impérios europeus cobraria o preço do fechamento chinês.

3. A Guerra do Ópio e o século da humilhação como consequências da grande divergência

A Guerra do Ópio decorreu da necessidade de reprodução e consolidação do sistema inglês de tributação imerso no sistema interestatal capitalista. Ademais, o conflito deve ser interpretado como o choque do Estado hegemônico deste sistema com o centro do sistema comercial-tributário da Ásia Oriental, a China, que fechara-se para o mundo exterior em decorrência da Revolução Industrial dos séculos anteriores.

Até então, o contato com os europeus ocorria de forma esporádica, por meio de mercadores ou missionários cristãos, e o comércio com a China era muito mais importante para os europeus do que vice-versa. Para Frank (1998, p. 277), os europeus “pegaram carona” na expansão material asiática e formaram, por alguns séculos, uma parcela importante dos agentes comerciais na Ásia. Primeiro foram os missionários e comerciantes portugueses que arrendaram Macau e foram autorizados a praticar o comércio na região. Depois vieram espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, todos buscando espaços privilegiados de comércio ou de difusão da fé cristã (GELBER, 2012, p. 120; 146-7). Porém, a relação da China com a Inglaterra (e depois com os países ocidentais industrializados mais o Japão) no

século XIX seria muito diferente da que tivera com os comerciantes europeus até o século XVIII, um jogo que vinha sendo jogado nas regras chinesas e controlado de forma rigorosa pela burocracia imperial.

Embora o ópio fosse usado há séculos na China para fins medicinais, o seu consumo aumentou consideravelmente com o crescimento da população e das tensões sociais. Este fenômeno não trouxe problemas apenas de cunho social com o aumento da violência e a destruição de famílias. A Inglaterra, cujo saldo comercial com a China era deficitário devido às importações de chá e porcelanas, descobriu no ópio produzido em sua colônia indiana o produto capaz de inverter esta situação. Com o total apoio de seu governo e o suborno de oficiais chineses em Guangzhou (Cantão), as empresas inglesas conseguiram elevar a oferta do produto e disseminar seu uso como entorpecente. Com isso, a balança comercial da China tornou-se deficitária e a prata acumulada ao longo dos séculos foi drenada para bancos na Inglaterra.

Diante dos estragos causados pelo ópio na sociedade e economia chinesas, o atrito tornou-se inevitável. As disparidades tecnológicas e de organização militar de ambos os países ficaram patentes com a invasão inglesa de várias cidades litorâneas da China. Quando, em 1842, uma frota de 48 quilômetros de comprimento navegou o rio Yangzi em direção à capital imperial de Nanquim com a intenção de atacá-la, o imperador não teve outra opção senão assinar a rendição no Tratado de Nanquim (GELBER, 2012, p. 214).

A perspectiva do “cerco westfaliano” sobre a China no auge do Imperialismo



Fonte: <http://www.owassops.org/>

Assim inicia-se o famoso “século da humilhação” para os chineses ou “século do Tratado” para os ocidentais. Perdurando até a Revolução Comunista em 1949, esse período inseriu a China, à força, na concepção de cerco westfaliano. Sendo recortado entre as várias potências imperialistas, mas autorizado a subsistir de maneira subalterna, o Império do Meio testemunhou o fim de seu sistema comercial-tributário e viu-se cercado por unidades políticas superiores em termos de geração de excedente, capacidade de tributação e tecnologia militar, culminando no derramamento de sangue da guerra civil entre comunistas e nacionalistas e na invasão japonesa dos anos 1930 e 1940.

4. A ideia de cerco na República Popular da China (RPC)

A Era Mao foi, acima de tudo, uma ruptura política com o “século da humilhação”. Após 1949, a relação da China com o Ocidente mudou radicalmente, pois além do caráter social e da luta de classes, Hobsbawm (1995, p. 449) afirma que o comunismo chinês também teve um caráter nacional. Logo, se no âmbito interno predominou o combate à “extraordinária pobreza e opressão do povo”, a política externa foi influenciada pelo sentimento de que os bárbaros estrangeiros (principalmente os ocidentais) “não representavam nada de bom nem para os indivíduos chineses com quem tinham negócios, nem para a China como um todo”, (idem, p. 449) de forma que Mao “fomentou duas décadas de hostilidade com os EUA” (GELBER, 2012, p. 366) e anunciou a necessidade de “inclinarse a um lado”, o do bloco comunista. Dessa forma, o novo Estado chinês internalizava a concepção de cerco westfaliano e deixava de lado a ideia do cerco benigno do Império do Meio, já combalida pelo século da humilhação.

Nossa proposta é identificar possíveis relações entre a política externa e a política economia da RPC a partir da ideia de cerco externo no sentido westfaliano.

5.1 O cerco norte-americano e a aliança sino-soviética

A chamada Era Mao é dividida em três fases. A primeira é marcada pelo cerco norte-americano à RPC na década de 1950. Diante da fuga do Partido Nacionalista (apoiado pelos EUA) para Taiwan e da atuação dos EUA na Guerra da Coreia, a percepção do cerco norte-americano à China ganha força. Essa concepção ganha ainda mais adeptos no Partido Comunista Chinês (PCC) frente à fragilidade da economia e das forças armadas do país,

dilacerado por três décadas de guerra civil e mais de uma década de guerra contra os japoneses.

Essa percepção de cerco teve impactos profundos na política externa do país. Para proteger-se de uma invasão norte-americana que, à época, era tida como possível, a RPC buscou o apoio da URSS. Devido à personalidade e ao prestígio de Stalin, Mao o considerava o chefe inquestionável da família comunista mundial, e via a URSS, principalmente durante a Guerra da Coreia (1950-53) como a única garantia contra um ataque dos norte-americanos, que faziam do Japão sua base de poder regional na Ásia-Pacífico (GELBER, 2012. 371; 380).

O alinhamento diplomático da RPC com a URSS foi formalizado em 14 de fevereiro de 1950 através do Tratado Sino-Soviético de Amizade, Aliança e Mútua Assistência que, entre outros tópicos, alertava para um novo surto expansionista do Japão e previa assistência recíproca em caso de ataque externo (ABI-SAD, 1996, p. 48). Logo, a formação de um eixo unindo os dois países “alterava em substância todo o equilíbrio de poder regional e mesmo mundial” (idem, p. 42). O sucesso das tropas chinesas em fazer frente ao contingente militar ocidental na Guerra da Coreia significou um dado importante para cálculos estratégicos na Ásia e marcou o fim da debilidade militar chinesa diante de estrangeiros (idem, p. 52). Assim, o surgimento do imenso bloco de países comunistas no coração da Eurásia tornou-se o pior pesadelo dos estrategistas geopolíticos norte-americanos que, na prática, já se conformavam com a “perda” da China enquanto aliado do Ocidente e passaram ao Japão a função de “vice-xerife” dos EUA no perímetro defensivo da região Ásia-Pacífico.

Além da aproximação política, a RPC passou a depender da URSS em termos de ajuda econômica e técnica para a adoção do modelo stalinista de desenvolvimento, a partir do qual foi implantado o primeiro plano quinquenal chinês (1953-1958). Gelber (2012, p. 370) define esse auxílio da seguinte forma:

(...) a China agora dependia muito do auxílio dos soviéticos na indústria, no desenvolvimento da infraestrutura, na tecnologia, nas comunicações e no comércio. A influência soviética também era forte na cidade, planejando e aperfeiçoando a educação, concentrando-se no treinamento científico e no estabelecimento de um estilo soviético de educação mais aprimorado, com o envio de milhares de estudantes chineses à URSS. Durante alguns anos os russos foram de uma generosidade considerável. Além de conceder grandes créditos à China, enviaram inúmeros técnicos e grande quantidade de tecnologia e projetos, sobretudo para ajudar a construir e administrar as indústrias chinesas.

Apesar do foco nas indústrias pesadas em detrimento da agricultura (setor primordial para a economia chinesa), os objetivos iniciais do primeiro plano quinquenal foram atingidos. A renda nacional cresceu a uma média de 8,9% e a produção agrícola cresceu a 3,8%, respondendo a um crescimento populacional de 2,4% (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p.

357-358). Porém, os recursos para esses investimentos (cerca de 25% do total) não vieram apenas da URSS, mas também da superexploração da agricultura através de impostos, fundos de acumulação das cooperativas e jornadas voluntárias de trabalho, de forma que a renda familiar camponesa caiu mais de 20% entre 1953 e 1957 (POMAR, 2003, p. 90).

5.2 O cisma sino-soviético e o terceiro-mundismo chinês

A segunda fase da Era Mao iniciou-se com a ruptura da aliança sino-soviética, entre 1958 e 1960. As principais razões teriam sido: um racha ideológico devido ao revisionismo soviético levado a cabo por Nikita Khrushchev; um imperativo realista da URSS, que interromperia a transferência de tecnologia nuclear à China para evitar ter um vizinho com bomba atômica; um litígio territorial que culminaria numa guerra de fronteira dez anos depois; e a frustração chinesa ao ver Moscou negociar diretamente com Washington após a crise dos mísseis.

Diante disso, Pequim viu-se diante de um duplo cerco no sentido westfaliano e se preparava para buscar a autossuficiência econômica com o chamado Grande Salto Adiante. Buscando reduzir a dependência da URSS e as disparidades internas entre a agricultura e o setor industrial, esse plano visou interiorizar a indústria por meio de unidades de pequena escala, mobilizar trabalhadores na construção de infraestrutura e reorganizar o trabalho na zona rural. Porém, seus resultados foram caóticos (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 371). Numa combinação de péssimas condições do clima e erros de comunicação da burocracia estatal o projeto revelou-se catastrófico, causando a morte de dezenas de milhões de pessoas.

Visando romper com o duplo cerco das superpotências, Mao soube aproveitar do contexto de descolonização da África e da Ásia para adotar uma política externa terceiro-mundista ao longo dos anos 1960. A própria Revolução Cultural instigada pelo líder supremo da RPC serviu não apenas para promover expurgos e mudanças políticas internas, mas também para guiar grupos revolucionários de inspiração maoísta mundo afora. Especificamente no Sudeste Asiático, Pequim apoiaria e financiaria partidos e grupos da diáspora chinesa ligados à causa revolucionária, buscando romper com um possível cerco geopolítico norte-americano que se estendesse do Japão à referida região.

5.3 O cerco soviético e a aproximação sino-americana

O duplo cerco das superpotências era nítido para os chineses ainda no começo dos anos 1970. Mas o arrefecimento da Revolução Cultural, bem como o crescimento econômico dos vizinhos asiáticos ligados ao Ocidente traria ventos de mudanças. O cerco soviético se fazia cada vez mais presente, com o apoio ao Vietnã do Norte, a cooperação militar com a Índia e a guerra contra os chineses na fronteira do rio Ussuri em 1969. Ademais, de 1949 a 1969 a China envolveu-se em conflitos “com quase o mundo inteiro” (GELBER, 2012, p. 396-397). Em 1950-53 lutou contra os EUA e a Coreia do Sul, com a Índia duas vezes, reprimiu à força o Tibete e Xinjiang, divergiu seriamente dos mongóis, permaneceu em estado de guerra fria com Taiwan e enviou tropas para combater os norte-americanos no Vietnã (idem, p. 397), ainda que tenha entrado em guerra com o próprio Vietnã em 1978.

E foi ironicamente a partir da Guerra do Vietnã que a relação da China com os EUA, e com o mundo, sofreu uma guinada. Para os EUA, a impossibilidade da vitória militar no conflito demandava um novo arranjo de poder asiático que incluísse a RPC numa aliança pautada pela inimizade contra Moscou.

Assim, a percepção de cerco soviético poderia ser um dos fatores determinantes para Pequim aproximar-se de Washington. Para a China, a aproximação com os EUA representava mais do que a contenção da ameaça soviética – seria o início do processo de abertura econômica e do reconhecimento internacional da legitimidade do Partido Comunista, consolidada com a entrada da RPC na ONU, com direito a assento permanente no Conselho de Segurança. Assim, em 1971 Mao Tsé-Tung e Zhu Enlai recebem Henry Kissinger e preparam a visita do presidente Nixon no ano seguinte, formalizando uma aproximação diplomática de caráter realista e pouco apegada a valores ideológicos.

5.4 A abertura econômica de Deng Xiaoping

Com a morte de Mao em 1976, o novo líder supremo do PCC, Deng Xiaoping, colocou em prática um plano de reformas, iniciadas em 1978, de acordo com a política das Quatro Modernizações nas áreas da agricultura, indústria, ciência e tecnologia, e forças armadas. Embora a percepção do cerco soviético nos anos 1980 estivesse mais fraca do que nas duas décadas anteriores devido às fissuras internas da URSS e às dificuldades na incursão no Afeganistão, as lideranças chinesas tinham em mente a necessidade do fortalecimento nacional para evitar um novo século de humilhação. A história da primeira metade do século XX estava muito vívida para ser deixada de lado, mas era preciso aprender com os erros da Era Mao para garantir a soberania chinesa a partir do desenvolvimento econômico do país.

Nesse sentido, a criação das ZEE's foi o fator mais relevante para a fusão entre interesse nacional chinês e desenvolvimento. Fiori (2015, p. 93) vai além e afirma: “ainda que seja difícil de entender e aceitar, o Estado chinês não está a serviço do desenvolvimento capitalista: pelo contrário, é o desenvolvimento capitalista e o próprio Estado chinês que estão a serviço de uma civilização milenar que já se considera o pináculo da história humana”.

De toda forma, ainda que o cerco externo à China tenha arrefecido nos anos 1980, ele foi fundamental para a abertura econômica e a integração do país às redes produtivas, comerciais e financeiras da Ásia Oriental e do mundo.

5.5 A ruptura do cerco ocidental pela projeção regional nos anos 1990 e 2000

Com o fim da URSS, a principal pressão sistêmica à China voltou a ser os EUA. Pequim perdeu muito de seu poder de barganha com Washington uma vez que a ameaça soviética havia se esvaído. Assim, não apenas a dependência chinesa em relação aos mercados do Primeiro Mundo aumentava rapidamente após uma década de ZEE's, mas em termos geopolíticos o país era visto como a última ameaça continental da Eurásia a relutar contra a hegemonia atlântica, vitoriosa na Guerra Fria. Os protestos da Praça da Paz Celestial, em 1989, foram o estopim para uma mobilização ocidental em prol dos Direitos Humanos na China. Com isso, o país também adquiria o rótulo de último bastião autoritário que teimava em resistir à onda neoliberal que vinha do Ocidente.

Para Pequim, o cerco ocidental era nítido e multifacetado: havia pressões geopolíticas, diplomáticas e humanitárias. E embora o alto crescimento econômico garantisse a legitimidade interna do PCC, a vulnerabilidade a mercados do Primeiro Mundo, especialmente o norte-americano, ficava nítida diante das sanções e embargos econômicos feitos ao país.

A saída para romper esse cerco veio por meio do regionalismo, inspirado pelas experiências na Europa e na América do Norte. Ao contrário dos ocidentais, os países asiáticos optaram por um tom moderado e reagiram a Tiananmen como uma “questão interna” chinesa. Até o Japão, que endossara as sanções, retirou-se da coalizão antichinesa no ano seguinte (LI, 2009, p. 28). Assim, pela afinidade ao princípio da não intervenção em assuntos internos e pelo pragmatismo de romper com o isolamento ocidental, a China aproximou-se da Ásia Oriental em duas etapas.

A primeira, no começo dos anos 1990, veio com a normalização das relações diplomáticas bilaterais com boa parte dos países da região, percebendo que cooperação e

integração regional seria o caminho natural para a estabilidade e o desenvolvimento. O segundo momento veio ao final da década, quando as lideranças chinesas perceberam que uma abordagem multilateral vinculada a instituições regionais como a ASEAN e o Asean Regional Forum (ARF) poderia diminuir a percepção de ameaça dos vizinhos em relação à “ascensão chinesa”, além de contrabalancear a presença norte-americana na Ásia (LI, 2009, p. 29). Logo, a China adotou o que muitos especialistas denominaram de “charm offensive” (ACHARYA, 2008, p. 4), interpretando-a como o próprio uso do “soft power” enquanto políticas que deixam de lado o uso da força em prol de uma postura de diálogo, negociação e cooptação.

Essa “charm offensive” foi operacionalizada em diversas frentes. No âmbito econômico, a China solidarizou-se aos impactos da crise financeira de 1997, que atingiu em cheio muitas nações do SE Asiático. Ao contrário do FMI, o país forneceu pacotes de auxílio financeiro sem exigir contrapartidas políticas, além de valorizar sua moeda para incentivar as exportações dos países da região (ACHARYA, 2008, p. 3; KHAN, s.d., p. 98). É nesse momento que o país consolida-se como o duplo polo na economia mundial (MEDEIROS, 2008, p. 256), com altíssimos déficits comerciais com o Sul Global (inclusive com o SE Asiático) e superávits comerciais ainda maiores com os países desenvolvidos.

No contexto de resgate das economias vizinhas após a crise de 1997, a China propôs um programa chamado “Early Harvest” que derrubava as tarifas chinesas para produtos agrícolas oriundos da ASEAN. De fato, quando o projeto entrou em vigor, muitos dos países do SE Asiático foram beneficiados com o acesso privilegiado ao mercado chinês e apresentaram alto crescimento. E é precisamente o déficit comercial com os vizinhos da Ásia que passou a ser utilizado pela China como argumento para a integração regional e para a “boa vizinhança” em um jogo de soma positiva, em que todos saíam ganhando.

Apesar de desconfianças iniciais, a China iniciou uma ofensiva multilateral assegurando-se que o “ASEAN way”, ou seja, a tomada de decisão gradual e por consenso, prevaleceria: em 1994 a China participou do ARF pela primeira vez; em 1997 foi co-fundadora do ASEAN + 3 ; em 2002 assinou quatro acordos com o ASEAN, incluindo a Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China; e em 2005 aderiu ao Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN, obtendo o direito de participar do East Asia Summit (NATHAN, SCOBELL, 2012). Na esteira dessa aproximação, o acordo de livre comércio entre China e ASEAN (CAFTA) entrou em vigor em 2010 e seus impactos já podem ser sentidos.

6. O “retorno” dos EUA à Ásia e o “sonho chinês” de Xi Jinping

Dois processos concomitantes exercem pressão sobre a Ásia Oriental desde o final da década de 2000: o “retorno” dos EUA com o “pivô estratégico” do governo Obama e o advento do “sonho chinês” do governo de Xi Jinping. Ambos os fenômenos sinalizam uma retomada da percepção de cerco westfaliano gestado na China, que tem atuado de forma proativa, e não apenas reativa, para garantir seus interesses e se contrapor à projeção norte-americana na região.

A projeção chinesa sobre seu entorno nos anos 2000 foi facilitada pela prioridade norte-americana no combate ao terrorismo no Oriente Médio e adjacências. Assumindo as rédeas do país em meio à crise financeira de 2008, Barack Obama não tardou a alterar os rumos da política externa dos EUA. Uma das principais guinadas foi o chamado “Pivô Estratégico” para a Ásia e o uso contínuo do termo “Ásia-Pacífico” ao invés de “Ásia Oriental”, dando a entender que os norte-americanos, assim como os chineses, fazem parte da mesma “Bacia do Pacífico” e, portanto, têm interesses legítimos na região. Obama tratou de retirar as tropas do Iraque e do Afeganistão e canalizar esforços militares, diplomáticos e econômicos para a Ásia Oriental. E embora Japão, Coreia do Sul e Taiwan atraíssem mais a atenção de Washington, o SE Asiático também ganhou importância, principalmente pelos efeitos da ascensão chinesa.

A ofensiva diplomática multilateral começou em 2009 quando Obama tornou-se o primeiro presidente norte-americano a encontrar-se oficialmente com os dez membros da ASEAN, no que viria a ser chamado, em 2013, de “US-ASEAN Summit”. Em 2010 foi criada a missão permanente dos EUA para o ASEAN e já no segundo encontro com o bloco as partes emitiram uma nota em defesa da “livre navegação do Mar do Sul da China”, em nítida referência à projeção da marinha chinesa na região (KHAN, s.d., p. 102).

Embora o pivô estratégico seja diplomático em essência, sua execução não pode ser dissociada da esfera militar (MAJID, 2013, p. 27). Assim, tanto aliados de longa data, como as Filipinas, quanto antigos rivais, como o Vietnã, têm recebido atenção especial dos EUA, seja com a reativação de bases militares (Filipinas) ou com a execução de exercícios militares conjuntos (Indonésia, Vietnã, Tailândia, Cingapura, Vietnã). No entanto, o confuso processo decisório nos EUA e a existência de agendas de segurança mais urgentes lançam dúvidas sobre o compromisso norte-americano em proteger seus aliados asiáticos em caso de possíveis agressões chinesas.

Cerco militar anglo-americano sobre a Rússia e a China

Anglo-American military encirclement of Russia and China



Fonte: <http://schillerinstitute.org>

O chamado pivô estratégico também está intrinsicamente ligado à “economic statecraft” dos EUA. Embora tenha acordos bilaterais de comércio com países da região, a criação do Transpacific Partnership (TPP), com a inclusão de Malásia, Brunei, Cingapura e Vietnã, é a mais recente materialização da estratégia norte-americana para responder ao desafio competitivo e geopolítico da China via acordos mega-regionais. O TPP busca forjar um novo arcabouço institucional e regulatório, tentando imprimir o direcionamento estratégico dos EUA à remodelação do regime global de acordos internacionais de investimentos. E tenta, assim, contrapor-se à expansão econômica e política da China e assegurar a capacidade norte-americana, que vem desde o fim da Segunda Guerra, de ditar regras no Pacífico. Os próprios documentos do governo sobre o TPP explicitam a disposição norte-americana de exercer a liderança na Ásia, buscando evitar a predominância do que eles chamam de “modelos menos abertos” e que “não compartilham dos nossos interesses ou valores”.

O segundo processo em questão é a transição da liderança de Hu Jintao para Xi Jinping e a marcada mudança na política externa chinesa, que trocou seu lema da “ascensão pacífica” para o “sonho chinês”. Desde que Xi assumiu o poder, a política externa chinesa tornou-se muito mais assertiva e nacionalista, migrando de um padrão que buscava evitar chamar atenção (keeping low profile) para um padrão de busca por resultados.

Kissinger (2011, p. 484) capta essa transição já no final da década de 2000 com o lançamento de uma obra⁹⁵ que sugere como grande meta nacional desbancar os EUA e tornar a China “o número um do mundo”. Não se sabe ao certo o impacto desta e de outras obras chinesas que sugerem o retorno do país à centralidade mundial após cerca de dois séculos de humilhação, mas nota-se que, após a crise de 2008, há uma articulação no sentido de ocupar posições estratégicas na economia e na política de sua região e do globo com uma eficiência que atemoriza o Ocidente e principalmente os EUA.

Tal assertividade da política externa chinesa já começa a se materializar em projetos ambiciosos nos quais a centralidade da Ásia é marcada. O primeiro símbolo de uma política externa assertiva é o Banco de Infraestrutura e Investimento da Ásia (AIIB na sigla em inglês), criado em meados de 2015 com mais de 50 países membros e com a ruidosa exceção de EUA e Japão, que se opuseram ao projeto. O AIIB quer financiar a expansão dos investimentos chineses na região, sobretudo para ampliar a capacidade produtiva e a conectividade regional. E vai oferecer alternativas de investimento às construtoras e ao capital chinês já saturados com um mercado interno que sofre com o excesso de capacidade em aço e equipamento pesado e que tenta fazer a transição para um padrão de acumulação menos centrado no investimento e mais centrado no consumo (BATSON, 2015; MILLER, 2015).

Outro grande símbolo da política externa assertiva para a região é nova rota da seda, que pretende reestabelecer as antigas rotas terrestres e marítimas da China. Trata-se de um conjunto ambicioso de portos, ferrovias, rodovias, grandes unidades de geração de energia e planos de urbanização ao longo de rotas que são comercial e estrategicamente relevantes para o entorno chinês. O SE Asiático, assim como a Ásia Central, são os pilares da nova rota. Além de obedecer à mesma lógica do AIIB de geração de demanda efetiva para as exportações e para os investidores chineses fora do país, a rota da seda marítima em torno do SE Asiático tem, evidentemente, objetivos geopolíticos. Ela busca facilitar a influência chinesa sobre o Mar do Sul da China, além de criar alternativas a rotas já bastante utilizadas e geopoliticamente vulneráveis para os chineses, como o estreito de Malaca.

95 Kissinger refere-se ao livro “China dream: the great power thinking and strategic posture in the post-American era” do coronel Liu Mingfu, que se tornou um best-seller na China após seu lançamento, em 2009.

A nova Rota da Seda



Fonte: Miller, 2015, p. 19

Esses megaprojetos geram dúvidas sobre a capacidade econômica da China em sustentar gastos que obedecem a uma lógica geopolítica, mas que não geram retornos financeiros de curto prazo. Segundo Miller (p. 18), oficiais chineses sugerem que projetos como um “corredor econômico” no Paquistão e a construção de infraestrutura no Mianmar e na Ásia Central podem gerar prejuízos financeiros de 30% a 80%. Porém, os bancos chineses de desenvolvimento aparecem como peças chave ao conceder crédito barato a empresas de construção civil que utilizem bens de capital fabricados na própria China, estimulando setores internos de maior valor agregado. Ademais, por se tratar de uma relação entre bancos estatais e empresas muitas vezes controladas por agentes do próprio Estado (state-owned enterprises, ou SOE’s), nota-se que a China atua no andar superior do capitalismo, ou seja, vincula a exportação de capital produtivo à lógica do poder, uma vez que muitos dos países que recebem tais investimentos tendem a ser cooptados pela diplomacia chinesa. Por outro lado, os bancos de desenvolvimento têm recebido críticas de céticos na própria China, que começam a cobrar resultados em “hard cash” e não apenas em “currency of influence” (KROEBER, p. 36).

A resposta dos países asiáticos à assertividade chinesa nas esferas comercial, financeira e político-militar tem sido um misto de desconfiança com tentativas de aproveitamento da onda de liquidez aberta. Conforme essas nações começam a gestar percepções mais claras da China enquanto ameaça e não apenas oportunidade, tornam-se plataformas para o “retorno” dos EUA para a Ásia. Enquanto Japão e Coreia do Sul mantêm-se alinhados aos EUA, apesar de solavancos diplomáticos, a maior parte dos países do SE Asiático parece operar de maneira dual, engajando-se com os acordos propostos pela China

mas, ao mesmo tempo, aproximando-se dos EUA conforme sua nova agenda para a Ásia se torna mais explícita.

Neste caso, a análise de Kaplan é de grande valia. Para o autor (p. 122), a China difere dos EUA por não apresentar uma abordagem “missionária” em sua política exterior, ou seja, relaciona-se com o mundo de forma “uber-realist”, movida por um interesse nacional central de sobrevivência econômica e desenvolvimento. Ademais, boa parte dos investimentos chineses tem como destino a “World-Island” de Mackinder, em regiões que já estiveram de alguma forma sob influência de antigas dinastias chinesas, como a Ásia Central, o SE Asiático e o Oriente Médio.

Ao assegurar acesso privilegiado a recursos para suas necessidades econômicas, a China altera a balança de poder no Oriente, afetando inevitavelmente os interesses dos EUA (e também da Rússia). Utilizando o conceito de “ventre mole” de Brzezinski, é possível identificar duas zonas onde a ausência de outra grande potência viabiliza uma projeção chinesa ainda maior: o SE Asiático e a Ásia Central.

A ausência de uma grande potência na Ásia Central não significa “carta branca” para a projeção da China, pois ainda que muitas das nações tenham sido tributárias dos antigos imperadores chineses, a história dos últimos três ou quatro séculos mostra que a influência russa e a presença soviética foram determinantes para os rumos da região. Logo, embora a Ásia Central não *contenha* uma grande potência, a Rússia é um ator preponderante e indispensável nos cálculos geopolíticos. A percepção de cerco que Rússia e China compartilham em relação ao Ocidente pode ser um combustível crucial para a aproximação bilateral e multilateral, no âmbito da Organização para Cooperação de Xangai, envolvendo os países da Ásia Central, que estariam no coração do Heartland de Mackinder. Resta saber se a Rússia contentar-se-á com as condições assimétricas dos acordos de cooperação propostos pela China e se aceitará de bom grado o “retorno” da China à Ásia Central passados alguns séculos do auge do sistema sinocêntrico.

A ausência de uma grande potência no SE Asiático tampouco garante caminho livre para a China. Novamente, embora a região não *contenha* uma grande potência, a projeção norte-americana, iniciada com a tomada das Filipinas em 1898, ampliada na Guerra Fria e reforçada pelo governo Obama, não pode ser desprezada. Assim, se a Rússia deve ser levada em conta no cálculo chinês para a Ásia Central, o mesmo deve ocorrer com os EUA no cálculo para o SE da Ásia. Para Kaplan, no âmbito de suas “fronteiras” marítimas, a China tem diante de si uma “Grande Muralha reversa”, isto é, aquilo que o governo chinês chama de “primeira corrente de ilhas” consiste no conjunto de países alinhados aos EUA que impede

seu acesso a águas profundas. Entre a primeira e a segunda corrente de ilhas estariam Japão, Coreia do Sul, Taiwan e boa parte dos países do SE Asiático.

As duas correntes de ilhas da Ásia-Pacífico



Fonte: The Economist

Para romper com a percepção de cerco propiciada pela “muralha invertida”, a China adota duas linhas de ação sob a retórica defensiva, mas que são percebidas por seus vizinhos (e pelos EUA) como estratégias ofensivas: a modernização do seu aparato militar naval e a consideração dos arquipélagos do Mar do Sul da China como territórios seus por direito. Embora o poder naval não seja, em essência, “agressivo” como o terrestre porque não pode ocupar territórios e tem múltiplas funções além do combate, a China tem utilizado sua marinha como poder terrestre, buscando expandir seu “território” sobre a primeira corrente de ilhas (KAPLAN, p. 130), especificamente os arquipélagos em litígio no Mar do Sul da China (Paracel e Spratly).

Kaplan afirma que este é o tipo de comportamento de potências inseguras e que, mais cedo ou mais tarde, a China se tornará uma potência “benevolente e autoconfiante”, utilizando seu poderio bélico apenas como ferramenta de dissuasão dos EUA, uma vez que poder consiste na capacidade de alterar comportamentos de outros. O autor chega a sugerir a possibilidade de “finlandização” da região, o que, para os estrategistas norte-americanos, seria um grande pesadelo, pois refletiria a anulação da sua superioridade militar. De todo modo, a percepção de cerco westfaliano na China decorrente da rivalidade com os EUA tende a transformar o SE Asiático em um palco de primeira importância para as grandes potências.

Considerações finais

A partir do olhar sobre a história foi possível identificar como a percepção de cerco influenciou a interação da China com o mundo exterior. O chamado cerco benigno demonstrou que a posição de centralidade no sistema sinocêntrico de comércio/tributo apresenta características distintas do sistema interestatal europeu surgido na Baixa Idade Média. Os debates historiográficos que versam sobre a “grande divergência” e as causas da assimetria entre a China e as potências europeias no século XIX são reflexos das diferenças entre os sistemas Ocidental e Oriental.

Assim como os demais povos não europeus, a China foi inserida na perspectiva de cerco ocidental westfaliano por meio de derramamento de sangue, humilhação e degradação de estruturas sociais nativas. Porém, ao contrário da grande maioria dos povos nativos da América, África e Ásia, a estrutura política estatal da China não deixou de existir, embora o Estado tenha sido altamente fragilizado até a Revolução Chinesa, em 1949.

A interação da República Popular da China com o mundo exterior tornou-se uma mescla dos valores sinocêntricos com a incorporação da noção de cerco westfaliano. A partir da análise histórica, percebeu-se que os cercos norte-americano e soviético fizeram parte dos cálculos de política externa e política economia da RPC. Sem deixar de lado essa preocupação, a partir da abertura econômica a China começou a dar os primeiros passos na conformação de uma nova ordem mundial asiática, primeiro “pegando carona” no desenvolvimento do Japão e dos tigres asiáticos e depois tornando-se a principal força motriz do crescimento econômico dos países da região. E é precisamente a mescla entre centralidade econômica e cerco geopolítico que torna a inserção internacional da China um verdadeiro quebra-cabeça a ser decifrado.

Referências bibliográficas

ABI-SAD, Sergio C.M.. A potência do dragão: a estratégia diplomática da China. Brasília: UnB, 1996.

ACHARYA, Amitav. Asia Rising: who is leading? Singapura: World Scientific Publishing Co, 2008.

ANDORNINO, Giovanni. The Nature and Linkages of China's Tributary System under the Ming and Qing Dynasties. Londres: Department of Economic History, London School of Economics, 2006.

ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark. Introduction: The rise of East Asia in regional and world historical perspective. In: ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark (orgs.). The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives. Londres: Routledge, 2003.

- _____. HUI, Po-Keung, HUNG, Ho-fungç SELDEN, Mark. Historical capitalism, East and West. In: ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark (orgs.). The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives. Londres: Routledge, 2003.
- _____. States, Markets, and Capitalism, East and West. Positions 15:2: Duke University Press, 2007.
- _____. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BATSON, A. Can the New Silk Road Revive China's Exports? Gavekal Dragonomics China Research, fevereiro 2015.
- FAIRBANK, John. Tributary Trade and China's Relations with the West. The Far Eastern Quarterly, Vol. 1, No. 2, 1942.
- _____; GOLDMAN, Merle. China: a new history. Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2006.
- FEBVRE, Lucien. A Europa: gênese de uma civilização. Bauru: EDUSC, 2004.
- FIORI, José L. O poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____; O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In _____; MEDEIROS, Carlos A; SERRANO, Franklin P. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008
- _____. História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FRANK, Andre G. ReOrient: global economy in the Asian Age. Los Angeles, CA: University of California Press, 1998.
- GELBER, Harry G. O dragão e os demônios estrangeiros: a China e o mundo, de 1100 a.C. aos dias atuais. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KAPLAN, Robert. The revenge of geography. Ova York: Random House, 2012.
- KHAN, Raja Muhammad. Sino-U.S. rivalry in Southeast Asia. Turkish Policy Quarterly, sem data.
- KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- KROEBER, Arthur. Financing China's Global Dreams. Gavekal Dragonomics China Research, junho 2015..
- LI, Mingjiang. Explaining China's proactive engagement in Asia. In: TANG, Shiping, LI, Mingjiang;
- MAJID, Munir. Southeast Asia Between China and the United States. London School of Economics and Political Science, 2013.
- MEDEIROS, C. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e China. In: _____; FIORI, José L.; SERRANO, Franklin. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- MILLER, Tom. Asia's Infrastructure Arms Race. Gavekal Dragonomics China Research, junho 2015.
- NATHAN, Andrew J.; SCOBELL, Andrew. China's search for security. Nova York: Columbia University Press, 2012.
- POMAR, Wladimir. A Revolução Chinesa. São Paulo: Unesp, 2003.
- POMERANZ, Kenneth. The great Divergence: China, Europe, and the making of the modern world economy. Princeton: Princeton University Press, 2000.